



Anais da Assembleia

Nº 74

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 03.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1991
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Cleiton Kielse e Ademar Traiano.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº

36/91, que altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 26/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Bom Sucesso do Sul.

Sala das Sessões, em 21.06.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.
Passa-a à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante de expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº 26/90. Aprovado.

A Mesa registra, com satisfação a presença, neste Plenário do Dr. Nizan Pereira de Almeida, Secretário de Saúde do Governo Estadual.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 24/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O., POR UNANIMIDADE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 63 de 04.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 214/91
P A R E C E R:
O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo através da Mensagem Governamental nº 024/91, objetiva a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, visando dar continuidade no desenvolvimento da programação artística e manutenção da estrutura administrativa da entidade.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposta governamental em tela, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do duto

Plenário desta Casa de Leis.

Nestas Condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

VALDIR ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 214/91

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 24/91

P A R E C E R:

SÍNTESE: Fica aprovado um crédito suplementar de Cr\$ 40.600.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990.

Respeitada a competência regimental desta Comissão, não vemos nenhum óbice que possa impedir a legal tramitação deste projeto de lei, motivo pelo qual opinamos no sentido de que o mesmo seja levado à apreciação do Douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 214/91

P A R E C E R:

Visa, o presente Projeto de Lei n° 214/91, de autoria do Poder Executivo, decorrente da Mensagem n° 024/91, aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, no sentido de conferir continuidade ao desenvolvimento da programação artística e manutenção da Estrutura Administrativa.

A medida atende ao preceituado no art. 135, V, da Constituição Estadual, bem como dos demais dispositivos Constitucionais acerca da matéria, uma vez que indica o recurso correspondente ao versado crédito.

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 26/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.120.000,00

(quarenta e um milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O., POR UNANIMIDADE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 66 de 10.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 223/91

P A R E C E R:

Objeto do presente exame, o Projeto de Lei n° 223/91, origina-se da Mensagem Governamental n° 26/91, que objetiva aprovar um crédito suplementar, no valor de Cr\$ 41.120.000,00, (quarenta e um milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à locação e adaptação de imóvel para instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em virtude da interdição do prédio onde funciona a referida escola.

O presente plano de Lei consulta plenamente os superiores interesses da Administração Pública.

Convencido plenamente dos objetivos do presente Projeto de Lei, e a não existência de qualquer impedimento, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, para sua perfeita tramitação e conseqüente aprovação por esta Augusta Casa de Leis, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 223/91

P A R E C E R:

A iniciativa em epígrafe, originária da Mensagem de Governo n° 26/91, propõe uma suplementação de crédito de Cr\$ 41.120.000,00 (Quarenta e um milhões, cento e vinte mil cruzeiros), para prover despesas de locação e adaptação de imóveis para instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

O Plano de Lei em tela atende todos os pressupostos legais, e o seu teor se justifica por contemplar os soberanos interesses da Administração do Estado.

À vista disto, manifesto-me pelo seu integral acolhimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
RENATO ADUR
Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 223/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 223/91, oriundo da Mensagem Governamental n° 26/91, de autoria do Poder Executivo, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.120.000,00, para atender às despesas necessárias à locação e adaptação de imóvel destinado a Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

A iniciativa atende as disposições constitucionais em matéria orçamentária consignada no texto constitucional e bem assim indica a fonte de recursos, para cobertura do respectivo crédito, inexistindo assim, qualquer óbice à sua aprovação.

Posto isto somos de Parecer FAVORÁVEL a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente
CLEITON KIELSE
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 233/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 27/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 225.395.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil cruzeiros), aos orçamentos próprios das instituições de Ensino Superior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O., POR UNANIMIDADE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 233/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 235/91, de autoria do Poder Executivo, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 225.395.000,00 aos orçamentos das instituições de ensino superior.

A iniciativa atende às disposições em matéria orçamentária consignadas no texto constitucional e bem assim indica a fonte de recursos, para abertura do respectivo crédito, inexistindo assim, qualquer óbice à sua aprovação.

Posto isto, somos de Parecer Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente
CLEITON KIELSE
Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 235/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 29/91, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento de Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21.12.91, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O., POR UNANIMIDADE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 69, de 13.06.91).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 235/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 235/91, de autoria do Poder Executivo, aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 ao orçamento da chefia do Poder Executivo.

A iniciativa atende às disposições em matéria orçamentária consignada no texto constitucional e bem assim indica a fonte de recurso, para abertura do respectivo crédito, inexistindo assim, qualquer óbice à sua aprovação.

Posto isto, somos de Parecer Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente
CLEITON KIELSE
Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar também a presença, nas dependências deste Poder Legislativo, nas salas da Liderança do PMDB e do Governo, representantes da Fundação IAPAR, com os quais estivemos discutindo até o presente momento o Projeto 215, que transforma as Fundações em autarquias.

E, nesse momento aproveitamos para fazer um apelo aos Deputados desta Casa, em especial àqueles que integram as Comissões por onde passará esta matéria, para que possamos apreciá-la, dentro daquilo que foi estabelecido por este Plenário e também solicitar aos Senhores Deputados que têm algumas considerações a fazer, com relação à proposta do Governo, que estamos abertos a ouvir as considerações das Fundações e dos Senhores Parlamentares.

Já recebemos algumas sugestões, partindo do Deputado Paulo Maia, estamos recebendo hoje o pessoal da Fundação IAPAR.

Na 2.ª ou 3.ª feira deveremos receber o pessoal da Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Então, apelo no sentido de que as considerações que os Senhores Parlamentares ou que algumas instituições tiverem que repassem à liderança, para que possa-

mos ir adiantando o processo de Discussão deste Projeto de Lei, que é o 215.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, estive participando, como representante do Partido Liberal no Gabinete do Senhor Presidente, de uma reunião para estabelecer a agenda dos últimos dias destas Sessões Legislativas.

Fiz ver ao Senhor Líder do PMDB que deveria colocar à Mesa todos os Projetos em discussão, para que vissemos as prioridades e desta forma houvesse um consenso em torno das votações e da apreciação das matérias mais importantes.

Fiz vêr a Sua Excelência que votaríamos incontinenti, todas as Mensagens governamentais que se relacionassem com abertura de crédito ou crédito suplementar.

Que nós não gostaríamos de apreciar, nessa Sessão Legislativa a Mensagem que deu número 215 à transformação das Fundações em autarquias, por ser matéria que envolve 28 entidades e que merece uma apreciação por parte, principalmente por parte daqueles que não estão aliados ao Governo e que não pertencem ao Partido Governamental.

Vossa Excelência já jogou em discussão a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aproveitando a presença do Senhor Secretário do Planejamento, que, com muita atenção, ouviu as exposições de todos, chegamos a um denominador comum e decidimos votar pela LDO. Logo em seguida Vossa Excelência já passa a admitir a votação imediata nesta Sessão Legislativa da Mensagem que transforma as fundações em autarquias, o que realmente nós não concordamos, não podemos concordar, porque da mesma maneira que Vossa Excelência recebe as Comissões, nós já vimos recebendo as Comissões e não vimos pressionar ninguém. Falamos com várias Comissões, temos procurado e temos até dito que procure mais os Deputados do Governo, porque nós da oposição estamos estudando a matéria com profundidade, com seriedade, com responsabilidade.

Por isso, eu quero advertir a Vossa Excelência, porque nós haveremos de cumprir o que combinamos na reunião com o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa; e desta forma nós não vemos tanta necessidade de votar essa matéria, assim como a microempresa e também a lei agrícola, que poderão muito bem ser apreciadas depois do recesso Parlamentar.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu não posso concordar evidentemente com os argumentos colocados pelo Deputado Colombino Grassano. O Deputado coloca que nós tivemos uma rodada de negociações, uma mesa de trabalho nas lideranças, e eu que-

Curitiba, sexta, em 21.06.91

ro aqui mais uma vez agradecer a sensibilidade do Presidente Anibal Khury para essas questões. Essa reunião é fruto de um entendimento que tivemos com o Presidente, por que entendíamos necessário a conversação dos líderes e de Presidentes de Comissões, principalmente da Comissão de Orçamento, para darmos encaminhamento a algumas matérias. Agora, não é questão da vontade pessoal do Deputado Orlando Pessuti, da vontade pessoal do Deputado Colombino, ou de quem quer que seja, é a vontade de um Plenário que aprovou o Regime de Urgência, é a vontade deste Poder; a partir do momento que essa Mensagem recebeu regime de urgência nesta Casa, ela deixa de representar a vontade particularizada deste ou daquele Parlamentar. Em nenhum momento também eu acho que é ruim para este Poder Legislativo analisar LDO, analisar lei agrícola, analisar créditos suplementares, isso demonstra a capacidade que têm os seus Parlamentares de num espaço de tempo, embora curto, analisar matérias de grande inverguradura. E o nosso comportamento ao abrirmos espaço para conversarmos, recebermos proposta, é demonstrar que não queremos votar nada às escuras; nós estamos buscando subsídio, informações que repassaremos aos Parlamentares desta Casa, em especial àqueles que nos acompanham com o seu voto, muitas vezes até um voto de confiança à decisão da Liderança. Mas, quero dizer também ao Deputado Colombino que em nenhum momento estamos questionando ou pressionando, em nenhum momento estamos advertindo, como Vossa Excelência diz: "queremos advertir ao Deputado", talvez no bom sentido, mas nós não estamos advertindo ninguém aqui, nós estamos apenas dizendo das ações que temos procurado tomar com vistas a não votarmos às escuras uma matéria que também reputamos polêmica, de alta indagação em alguns aspectos, mas que é evidentemente de grande e real interesse para o Estado do Paraná. Estamos abertos à discussão e acreditamos que dentro do processo normal que uma matéria em regime de urgência tem de tramitar nesta Casa que nós haveremos de na próxima semana, na terça, ou na quarta-feira, ter a matéria na Ordem do Dia para aprofundarmos as discussões, votá-la e aprová-la para o bem do Estado do Paraná.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - A

prevalecer, Senhor Presidente, o comportamento que a Mesa tem adotado na apreciação dos regimes de urgência propostas pelo líder do PMDB, nós ficaríamos sem necessidade de instalar as nossas comissões, as comissões passariam a não ter nenhuma importância nesta Casa, porque há requerimento da maioria, da maioria que não res-

-peita o direito da minoria; que vem, como diz Vossa Excelência: "Como rolo compressor". Então, Senhor Presidente, se preva-lecer assim a cada Mensagem Governamental, a cada Projeto importante, coloque-se um requerimento pedindo urgência, a maioria aprova esse requerimento para que em 48 horas seja votado, então Senhor Presiden-te, ou se muda o Regimento Interno, ou en-tão eu sugiro a Vossa Excelência que can-cele o funcionamento de todas as comissões permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. ROSSONI (Pela Ordem) - Eu não tenho muito conhecimento do funcionamento da Assembléia no ano passado, mas, pelo que me consta, quando cheguei nesta Casa se falava muito que as comissões não funcio-navam. Agora que estamos aqui para traba-lhar e dar uma demonstração de trabalho, pelo jeito o PMDB não quer nos deixar tra-balhar.

Queremos deixar registrada aqui a posição da nossa Bancada, porque nós viemos aqui para mostrar o nosso traba-lho e mudar a imagem do Legislativo. Ago-ra, se o Senhor não colaborar e o "ro-lo compressor" continuar passando por ci-ma...

Eu não sei qual é o interesse que tem o vosso partido de não discutir as maté-rias: Eu tenho um assunto aqui, Senhor Lí-der, que nós temos que discutir na segun-da-feira porque hoje não vai dar, do transporte intermunicipal. Aonde também esse governo não discute e na calada da noite aumenta 40% e nem a imprensa fica sabendo.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presi-dente, ouvi atentamente a colocação dos Senhores Deputados e parece que colo-cada a vontade da Plenária é a vontade de um "rolo compressor" que tem passado por cima de todas as deliberações da Assem-bléia Legislativa. Eu digo passado por ci-ma porque a própria Assembléia deliberou, tempos atrás, a formação de uma Comissão Interparlamentar para negociar a questão das universidades e o "rolo compressor" se negou a indicar nomes, não aceitando a vontade da grande maioria - que era a von-tade do Plenário - e depois impondo a di-tadura do Poder Executivo de não receber esta Comissão.

Senhor Presidente, eu gostaria de ser ouvido assim como ouvi o Deputado Orlando Pessuti e dias desses eu reclamei da falta de educação do Deputado, e novamente reclamo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - É só V.Exa. que reclama da falta de educação nossa. Infelizmente.

O DR. ROSINHA - Pois é, porque os outros têm educação e ouvem atentamente...

Senhor Presidente, algumas pessoas quando se tornam muito mal educadas beiram à imbecilidade.

Senhor Presidente, nós achamos que to-das as matérias devem ser discutidas com antecedência e aprofundada. Acreditamos que aquele acordo feito entre os líderes junto à Mesa Executiva desta Casa, de dar tempo à tramitação de todas as matérias, elas devem ser cumpridas. Porque nos impor deliberações goela abaixo, querer que vote-mos coisas que não estamos, que não conhe-cemos profundamente leva a cometer erros.

Nós entendemos que a vontade da maio-ria deve, pelo menos, respeitar a maioria de participar de todos os debates, de es-clarecer todos os fatos. Eu duvido que o bloco da maioria é capaz de expor profun-damente a situação colocada a respeito da transformação das fundações em autarquias. Se qualquer um deles for sabatinado por nós eu duvido que eles saibam responder, todas as questões colocadas. Até porque, já ouvi de Deputado, dizendo, que ele vai votar porque assim é a vontade do Governo. E o próprio líder disse que muitas vezes o voto de seus liderados é um voto de con-fiança nele. O que significa que muitas vezes os seus liderados não sabem o que estão votando.

Portanto há necessidade de ampliar o espaço, um maior tempo para podermos deba-ter esse caso, essa matéria específica.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Nós es-tamos aqui hoje, a Oposição, a dar quórum para a votação de matérias impor-tantes que interessam ao governo. Se fosse pelo empenho da Bancada Governista talvez nem a Ata aprovaríamos nessa sessão.

Apenas eu quero apelar ao bom-senso, à sensibilidade, sei que V.Exa., Senhor Pre-sidente, pela experiência que tem saberá separar o joio do trigo.

Por exemplo, a proposta da autarquiza-ção em seu projeto original não foi sus-tentada nem pelos representantes do Gover-no que vieram aqui nesta Casa em sua ver-são original. Nós estamos diante de uma possibilidade de autarquização, de entida-des complexas, cada um tem a sua especifi-cidade. Nós temos que saber tratar desta questão. Iremos fazer uma transformação profunda na vida funcional destas insti-tuições, na personalidade jurídica dessas instituições. Teremos consequências sérias para o funcionamento dessas instituições a serem autarquizadas e até o momento, embo-ra até os representantes do Governo não sustentem o projeto em sua versão origi-nal, eu não entendo a insistência em se votar essa matéria com tanta urgência. Fa-la-se no temor em que o patrimônio público

seja dilapidado com as ações trabalhistas que estão pendentes sobre essas entidades. Eu, na condição de advogado trabalhista, quero dizer à representação governista que esta questão não exige maior urgência, até porque no momento da penhora até o pagamento final de uma execução trabalhista pode se decorrer dois ou três anos, dependendo da procuradoria do Governo defender adequadamente o interesse público e "rolar com a barriga" esses processos como, aliás, fez muito bem o Governador Álvaro Dias criando essa situação a todos nós.

Neste sentido, por exemplo, o projeto da lei agrícola. Tecnicamente, do ponto de vista jurídico, e da técnica legislativa, ele deve sofrer profundas alterações. Nós sabemos que quem olhou, analisou esse projeto sabe disso.

Então, o que nós estamos pedindo, aqui, à Bancada do Governo é que tenha sensibilidade. Nós aqui estamos todos interessados em modernizar o Estado do Paraná, nós estamos interessados em permitir ao Governo que cumpra os seus programas, que faça o seu trabalho. Eu acho que nós temos demonstrado essa responsabilidade enquanto Bancada de Oposição. Eu acho que a Bancada do Governo não pode fazer prevalecer a maioria que tem para passar matérias e que, depois, criará um problema para o próprio Governo e para a própria sociedade paranaense.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Questão de ordem levantada pelo Deputado Rafael Greca.

Lê:

"RESPOSTA À QUESTÃO DE ORDEM FORMULADA PELO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA DE MACEDO, NA SESSÃO PLENÁRIA DE 20 DE JUNHO DE 1991.

Questão de Ordem formulada pelo Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, solicitando a retirada do Regime de Urgência do Projeto de Lei nº 215/91, em razão de possível descumprimento de disposição do art. 186, do Regimento Interno.

PASSO A RESPONDER:

O Art. 186 - do Regimento Interno determina: "Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitados pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes".

A questão de ordem refere-se à interpretação sobre qual venha a ser o término da sessão legislativa, fato este a ser es-

clarecido a partir de uma interpretação sistematizada da norma em tela.

Inicialmente, cabe determinar-se a duração de uma legislatura, o que é feito pelo parágrafo único do Art. 52, da Constituição Estadual, que repetindo o constante do parágrafo único do Art. 44, da Constituição Federal, dispõe:

"Art. 52 -

Parágrafo Único - Cada legislatura terá duração de quatro anos".

A partir deste ponto já determinado, cabe estabelecer-se o número de períodos ou "sessões legislativas" em que é dividida uma legislatura, o que é procedido mediante raciocínio lógico. O Art. 5º, do Regimento Interno dispõe:

"Art. 5º - Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior, realizar-se-á a eleição do Presidente".

Tal sessão preparatória, na qual se elege o Presidente da Casa, é a que se segue à sessão da posse, portanto, à primeira sessão legislativa de uma legislatura. Indo mais além, verifica-se no § 1º do art. 6º:

"Art. 6º -

§ 1º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

Também determina o § 2º, do Art. 2º que:

"Art. 2º -

§ 2º - A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias serão precedidas de sessões preparatórias".

Deduz-se, como corolário de tais normas, que a cada legislatura, a Assembléia Legislativa é dirigida por duas Mesas Executivas, cada uma destas com mandato de dois anos; a primeira Mesa é eleita no início da primeira sessão legislativa ordinária e a segunda Mesa no início da terceira sessão legislativa ordinária.

Resta, então, a conclusão necessária de que cada legislatura é dividida em quatro sessões legislativas ordinárias.

Definido mais este ponto, cumpre estabelecer-se a correta interpretação sobre qual venha a ser o término de cada sessão legislativa ordinária e, para tanto, socorremo-nos da redação do Art. 2º - "caput", e de seus incisos I e II, do Regimento Interno:

"Art. 2º - A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - Ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter as mesmas forem convocadas."

Fica aqui definido que existem duas modalidades de sessão legislativa: as ordinárias e as extraordinárias. Posto que cada legislatura divide-se em quatro sessões legislativas e que, estas podem pertencer a duas categorias, segue-se que a locução "sessões legislativas" empregada no "caput" do art. 2º só pode ser usada no plural.

Indo além, para particularizar-se o término de cada sessão legislativa ordinária, cabe interpretar-se a norma do § 3º, do Art. 2º, que determina:

"Art. 2º -

§ 3º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

Na norma supracitada verifica-se a aplicação do termo "interrompida", cuja definição é: cortar ou romper uma continuidade; fazer cessar por algum tempo; suspender ou parar momentaneamente; sempre contingenciando o sentido de retomada posterior.

Dai se infere que uma sessão legislativa ordinária inicia-se a 15 de fevereiro e termina a 15 de dezembro, com uma interrupção, denominada "recesso", entre 30 de junho e 1º de agosto.

Desta forma, o prazo de vinte dias para o término de uma sessão legislativa ordinária, a que alude o Art. 186, do Regimento Interno, recai sobre o dia 25 de novembro de cada ano.

A partir desta data é que só poderão ser considerados em Regime de Urgência os Projetos de crédito solicitados pelo Poder Executivo, os projetos vetados e os que forem solicitados pelas comissões ou por seus respectivos Presidentes.

Face ao exposto, considero não ter havido inobservância do prazo do Art. 186, nem ter sido descumprida qualquer norma regimental, quando da aprovação do requerimento de regime de urgência ao Projeto de Lei nº 215/91.

Determino, ainda, seja efetivado o registro da questão de ordem e da presente resposta em livro próprio deste Poder.

É a decisão.

Sala das Sessões, em 21.06.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente"

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 34/91, 070/91 e 074/90.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 193/91, 202/91, 214/91, 222/91, 223/91, 233/91, 234/91, 235/91 e 236/91.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 253/91

I - exonerar, a pedido, ETELVINA FERREIRA DE MELO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ DONIZETE DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, GILDO ALVES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, LEONIDAS MOSCIBROCKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 1991;

V - prover, ROSENILDO BEZERRA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 1991;

VI - prover, JOSÉ DONIZETE DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de maio de 1991;

VII - autorizar JOSÉ DONIZETE DOS SANTOS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 4056)

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.05.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) JOÃO ARRUDA

1º Secretário

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 269/91

I - prover, MYRIAN THOMAZINI BERNARDI,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta do Conselho Superior da Administração, a partir de 1º de maio de 1991;

II - autorizar MYRIAN THOMAZINI BERNARDI, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 271/91

Fica criada a Comissão Excepcional, composta pelos Servidores AYRTON COSTA LOYOLA, JOSÉ RENATO DUARTE e CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de sessenta (60) dias, proceder revisão de processos de aposentadoria de servidores deste Poder.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 273/91

Art. 1º - Ficam revogadas, a partir de 1º de junho de 1991, todas as concessões de gratificações por prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, atribuídos aos funcionários efetivos do Poder Legislativo Estadual.

Art. 2º - A gratificação referida poderá ser restabelecida, desde que o funcionário manifeste, de forma expressa, opção por seu recebimento, dentro dos critérios estipulados nos artigos 5º e 7º do Decreto Legislativo nº 229/85, respeitado o direito facultativo da concessão e o interesse da Administração, dependendo de proposta da Diretoria Geral.

Art. 3º - A gratificação prevista no artigo 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, poderá ser concedida, por proposta da Diretoria Geral, mediante solicitação expressa do funcionário e compromisso formal de cumprimento das condições que facultam a concessão.

Art. 4º - As gratificações referidas nos artigos 2º e 3º só serão concedidas através de Atos da Comissão Executiva.

Art. 5º - Além da manifestação expressa, referida no Art. 2º, o funcionário manifestante assinará um termo de compromisso total, irrevogável e irretratável concordância de recebimento da gratificação, calculada exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo ocupado, excluídos os adicionais por tempo de serviço e outras vantagens.

Art. 6º - Revogam-se todos os Decretos, Portarias ou Atos, que disponham em contrário.

Art. 7º - O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 274/91

I - exonerar, a pedido, MARCO AURÉLIO TAVARES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, VALÉRIA MARIA ACCIOLY, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. nº 3223)

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.05.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) JOÃO ARRUDA

1º Secretário

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 275/91

I - exonerar, a pedido, CRISTA DESSBESSELL FEIDEN, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, RONAN FONTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar RONAN FONTES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 4266)

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.05.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) JOÃO ARRUDA

1º Secretário

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 276/91

I - exonerar, a pedido, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, ROSANI DO ROSÁRIO MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, JAIME TADEU DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de maio de 1991;

V - prover, ROBERTO ELIAS SALOMÃO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete

Curitiba, sexta, em 21.06.91

te do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de maio de 1991;

VI - prover, ROSANI DO ROSÁRIO MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de maio de 1991;

(Prot. n° 4318)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 277/91

I - exonerar, a pedido, ROBSON DANIEL MOSER, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, ROBSON DANIEL MOSER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, EDINÊ DE LOURDES RAMON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de maio de 1991;

(Prot. n° 4302)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 278/91

I - exonerar, a pedido, JOSEANE ELISA MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, JUAREZ BELLOTO DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, AGNALDO NUNES BALDISSERA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, DANIELE HAACH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio;

V - prover, ROGÉRIO GANZERT PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio;

VI - prover, WALTER ANTÔNIO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio;

(Prot. n° 4319)

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.05.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 279/91

I - exonerar, a pedido, LINDAMAR FÁTIMA TEIXEIRA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Carvalho, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, JOAQUIM FAUSTINO DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Carvalho, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4353)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 280/91

prover, ROSAMARIA MEGIAS LIGMANOVSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 10 de abril de 1991.

(Prot. n° 4363)

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.05.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 281/91

I - exonerar, a pedido, RODOLFO XAVIER NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, VALDERCIR HELIO POMPEMAIER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, JORGE EDUARDO WEKERLIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - exonerar, a pedido, ELSON PEREIRA MAGALHÃES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

V - prover, VALDERCIR HELIO POMPEMAIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

VI - prover, ELSON PEREIRA MAGALHÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

(Prot. n° 4364 e 4365)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 282/91

I - exonerar, a pedido, MARCELO HENRIQUE WLADIMIR BLASTISLAV DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, WALQUÍRIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, WALQUÍRIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, ELIANE CRISTINA PORTELI-NHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4378)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 283/91

I - exonerar, a pedido, LEONI CUBIS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, LEONI CUBIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a par-

tir de 1º de maio de 1991;

III - prover, LUCÉLIA LAFANI NOGUEIRA CARMONA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Her- mas Brandão, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4388)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 284/91

I - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS JANSEN, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, ELISABET BITTENCOURT PE- REIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar ELISABET BITTENCOURT PEREIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de no- vembro de 1970.

(Prot. n° 4389)

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 285/91

I - prover, LUIZ ALBERTO PUCCI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Tava- res, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, JORGE LUIZ EZIDIO DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, MEIRE TOZZONI MIGOTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, JOSÉ APARECIDO RAFAELI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1991;

(Prot. n° 4438)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 286/91

I - exonerar, a pedido, SEBASTIÃO EU- GÊNIO DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, WELINGTON DE SOUZA CARVA- LHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de maio de 1991;

(Prot. n° 447)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 287/91

I - exonerar, a pedido, ROSANE ZENAIDE MARCIA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de maio de 1991;

Curitiba, sexta, em 21.06.91

II - prover, RONILDA DE ALMEIDA LEÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de maio de 1991;

(Prot. n° 4478)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 288/91

I - exonerar, a pedido, CLAUDIMIR JOR- GE WEBBER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Car- tário, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOAQUIM AL- BERTO DE CASTRO ESTEVES, do cargo em Co- missão, símbolo 1-G, do Gabinete do Depu- tado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, do cargo em Comissão, sím- bolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, IZAURA DOS SANTOS MACHA- DO, para exercer o cargo em Comissão, sím- bolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4480)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 289/91

I - exonerar, a pedido, TAKAO AOKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabi- nete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, EMÍLIA MORYA- MA UEDA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Fé- llix Pessoa, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, MARIA IZABEL PESSOA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, EMÍLIA MORYAMA UEDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de maio de 1991;

V - prover, SÍLVIA CALCIOLARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Fé- llix Pessoa, a partir de 1º de maio de 1991;

VI - prover, MARIA ISAURA BARBOSA AN- TUNES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Seve- rino Félix Pessoa, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4482)

Palácio "XIX de Dezembro" em 15.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 290/91

I - exonerar, a pedido, YVONNE SOLHEID PALMQUIST, do cargo em Comissão, símbolo

DAS-5, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, PAULO CÉSAR ALCÂNTARA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

III - exonerar, a pedido, MARCELO AUGUSTO SETTI NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - exonerar, a pedido, MARCO ANTÔNIO DIAS DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

V - exonerar, a pedido, ADEMIR FARIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

VI - prover, IVANILDA DE OLIVEIRA FARIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

VII - prover, MARIA LUCIMAR GHERING, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

VIII - prover, YVONNE SOLHEID PALMQUIST, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

IX - prover, MARCELO AUGUSTO SETTI NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

X - prover, PAULO CÉSAR ALCÂNTARA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

XI - prover, CLÁUDIO GARCIA MARTINEZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

(Protoc. n. 4483)

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 291/91

I - exonerar, a pedido, LIZIANE THESING LAMB, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, MARIA DOS PRAZERES MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, LIZIANE THESING LAMB, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino

Rusch, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, MARIA DOS PRAZERES MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de maio de 1991;

V - prover, DOUGLAS HENRY LAMB, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de maio de 1991;

VI - prover, FÁBIO MURILO BOTTENE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de maio de 1991;

(Protoc. n. 4525)

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 293/91

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIA BEATRIZ MALTAURO NICKEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de junho de 1991;

II - prover, TEREZINHA MALTAURO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de junho de 1991;

III - autorizar TEREZINHA MALTAURO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX de Dezembro", 1º.06.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 294/91

I - exonerar, a pedido, ALOYSIO GUIMARÃES CONTE, do cargo em Comissão, símbolo 4-C do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 1991;

II - prover, ALOYSIO GUIMARÃES CONTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 1991;

III - autorizar, ALOYSIO GUIMARÃES CONTE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970;

(Protoc. n. 4991 e 4992)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 295/91

I - prover, INELI PEREIRA RODRIGUES CORSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

II - autorizar INELI PEREIRA RODRIGUES CORSO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de fevereiro

ro de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 5031)

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.06.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 296/91

I - exonerar, a pedido, ODETE FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1° de junho de 1991;

II - PROVER, ELI RAINEKI DE SOUZA, para exercer em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1° de junho de 1991.

(Protoc. n. 5056)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 297/91

I - exonerar, a pedido, MARLI TEREZINHA PERSON, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, MARIA EDWIGES OLIVEIRA SOUTO PALMIERI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de junho de 1991.

(Prot. n° 4999).

Palácio XIX de Dezembro, em 03.06.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 298/91

I - prover, FLÁVIO BERTE DA COSTA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de maio de 1991;

II - autorizar FLÁVIO BERTE DA COSTA JÚNIOR, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5062).

Palácio XIX de Dezembro, em 04.06.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 303/91

I - exonerar, a pedido, MARIA ELISA REBELLO BORGES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria da Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05 de junho de 1991;

II - exonerar, a pedido, PAULA GREIFFO COUTINHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria da Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05.06.91;

III - prover, PAULA GREIFFO COUTINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria da Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05.06.91;

IV - prover, PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão,

Curitiba, sexta, em 21.06.91

símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria da Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05.06.91.

(Prot. n° 5172).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 304/91

I - exonerar, a pedido, ISMAEL BATISTA DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, ORLANDO FERREIRA DE MORAIS FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de junho de 1991.

(Prot. n° 5181).

Palácio XIX de Dezembro, em 05.06.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 305/91

I - exonerar, a pedido, EDNEY CARLOS RAMOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, RITA MARGARET LEMOS DO PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1° de junho de 1991;

III - autorizar RITA MARGARET LEMOS DO PRADO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5196).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 308/91

I - exonerar, a pedido, NEIVA LIBERO ZANATA ZANELLA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, MARCELO HENRIQUE R. DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1° de junho de 1991;

III - prover, ANDRÉ ROBERTO RAITANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1° de junho de 1991.

Palácio XIX de Dezembro, 06.11.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 309/91

I - exonerar, a pedido, ANTONIO FOGANHOLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, ANTÔNIO PEREIRA DE REZENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antonio Costenaro Neto, a partir de 1° de junho de 1991.

(Prot. n° 5353).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 310/91

- exonerar, a pedido, ELIETE KERTIS-CHKA BATISTA DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de junho de 1991.

(Prot. n° 5356).

Palácio XIX de Dezembro, em 11.06.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 311/91

I - exonerar, a pedido, NILCEIA DIAS BRUNO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, SÔNIA RAQUEL RAMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1° de junho de 1991;

III - autorizar SÔNIA RAQUEL RAMOS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 5357)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 11.06.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 312/91

I - exonerar, a pedido, LUIZ ALBERTO TROIAN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, CÍCERO BEZERRA GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1° de junho de 1991;

III - autorizar CÍCERO BEZERRA GUIMARÃES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 5501)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 313/91

I - exonerar, a pedido, CÍCERO BEZERRA GUIMARÃES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, IZABEL MITUCO AKIYOSHI LOUREIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1° de junho de 1991;

III - autorizar IZABEL MITUCO AKIYOSHI LOUREIRO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

bro. de 1970.

(PROT. N° 5502)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA n° 314/91

I - exonerar, a pedido, PAULO CEZAR ZANUSSO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

II - exonerar, a pedido, ELIZETH MAZZATI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

III - exonerar, a pedido, DANIELA CRISTINA GAIO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

IV - exonerar, a pedido, ANTÔNIO PEREIRA DE FRANÇA SOBRINHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

V - prover, ROSANA PERES ZANUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

VI - autorizar ROSANE PERES ZANUSSO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

VII - prover, DANIELA CRISTINA GAIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

VIII - prover, DANIELE DA ROCHA MODESTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, DO GABINETE DO DEPUTADO BASÍLIO Zanusso, a partir de 1° de junho de 1991;

(Protoc. n° 5504)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 13.06.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 315/91

I - exonerar, a pedido, BENEDITO APARECIDO DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1° de junho de 1991;

II - prover, DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1° de junho de 1991;

III - autorizar DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n° 5514)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 316/91

I - exonerar, a pedido, ROBERTO ELIAS SALOMÃO, do cargo em Comissão, símbolo

2-C, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de junho de 1991;

II - prover, JAIME TADEU DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar JAIME TADEU DA SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

IV - exonerar, a pedido, MARIA ALICE OLIVEIRA DO CARMO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de junho de 1991;

V - prover, LUIDI ARTUR BRANTES FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de junho de 1991;

VI - autorizar LUIDI ARTUR BRANTES FERREIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 5517)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 317/91

I - exonerar, a pedido, GERSON GUSSO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de junho de 1991;

II - prover, ANTÔNIO CARLOS SELHORST, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de junho de 1991;

III - autorizar ANTÔNIO CARLOS SELHORST, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art.172, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 5518)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 318/91

I - exonerar, a pedido, TEREZINHA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G,

Curitiba, sexta, em 21.06.91

do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de junho de 1991;

II - prover, MARTHA CARVALHO LORENSINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de junho de 1991.
(Prot. nº 5522)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 13.06.91

(a) ANIBAL KHURY - Presidente

JOÃO ARRUDA - 1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 066/91

designar, NELSON AUGUSTO ARAUJO, matrícula nº 501, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B" - NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do Governo.

PORTARIA Nº 070/91

designar, LUIZ CARLOS CARON GROSSI, matrícula nº 464, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT - 1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do P.S.D.B..

Gabinete da Diretoria, em 04.06.91.

PORTARIA Nº 072/91

conceder a JOSILIANE MENDES DOS SANTOS, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 03 de junho de 1991.

PORTARIA Nº 073/91

designar, o funcionário PLINIO ANTONIO DE SOTTI LOPES, matrícula nº 149, ocupando o cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do P.M.D.B.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.06.91

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral